

Olival ou pomar de oliveiras?

ANTÓNIO RAMOS *

"À porta da modernidade é preciso libertarmo-nos do fardo de certos preconceitos:

- a ideia de que os culpados são sempre os outros;
- a ideia de que o sucesso não nasce do trabalho;
- o preconceito de que quem critica é inimigo;
- a ideia de que mudar as palavras muda a realidade;
- a vergonha de ser pobre e o culto das aparências;
- a passividade perante a injustiça;
- a ideia de que, para sermos modernos, temos que imitar os outros."

Mia Couto,
escritor moçambicano

Nos últimos anos tem-se assistido, felizmente, a um renovado interesse pela oliveira e pelo azeite, tanto a nível nacional como internacional. As campanhas de sensibilização e marketing, baseadas no reconhecimento das vantagens do azeite na dieta alimentar relativamente a outras "gorduras", tem conquistado novos consumidores e mercados, pressionando o aumento da produção dos países tradicionais da bacia do Mediterrâneo e expandido o olival para novas regiões do globo com características climáticas mediterrâneas, como na Argentina, no Chile, nos EUA (Califórnia) ou na Austrália. Esta tendência é global e faz parte da tão propagada "globalização" dos mercados.

A dinâmica do mercado global, alguns incentivos da EU aos produtores e, certamente, o interesse demonstrado por algumas empresas estrangeiras na plantação de vastas áreas de olival, especialmente na área de influência da barragem do Alqueva, têm sido o motivo da atenção que a oliveira tem despertado nos últimos anos. Em alguns casos, com novas plantações, em outros, com a recuperação de olivais semiabandonados. A par deste interesse pelo olival, tem-se assistido também a uma maior preocupação com as condições tecnológicas e higiénicas da extracção e comercialização do azeite, muitas vezes resultado de obrigações impostas pela legislação europeia.

Fruto deste quadro, pelo menos aparentemente, favorável à fileira, corre-se o risco de, à boa maneira portuguesa, se entrar num clima de euforia desmedida com consequências imprevisíveis. Foi a "febre" da fruta (arrancando vinha) nos anos 60 e 70. Foi a "febre" do vinho (arrancando pomares) nos anos 90. Foram e continuam a ser diversas "panaceias": as estufas; as flores; os eucaliptos; os pequenos frutos; a pêra 'Rocha'; a maçã 'Bravo de Esmolfe'; as fileiras; as DOPs; as DOCs; as IGPs... Ora uma tábua de salvação ora, logo depois, uma calamidade. Um e outras debatem-se, hoje em dia e sempre, com o mesmo problema: falta de planeamento em função do mercado (antes) e falta de organização do mercado nacional em função da globalização (agora).

Nos últimos 40 ou 50 anos em Portugal, nenhuma actividade agrícola foi devidamente planeada ou incentivada numa perspectiva de mercado. Este planeamento é tanto mais importante quando se trabalha com espécies lenhosas, que devem permanecer vários anos no mesmo local para se chegar a um patamar satisfatório de rentabilidade. Por isso, se verificam ciclicamente situações de euforia e desânimo. Hoje planta-se o que se vê estar "a dar dinheiro" ao vizinho, amanhã há excedentes desse produto e cai o preço. A solução para alguns é abandonar ou arrancar e plantar outra coisa que está "a dar dinheiro" a outro vizinho. Passado um tempo, assiste-se a uma quebra neste novo produto e a uma recuperação no anterior. E o ciclo vai-se sucedendo de umas culturas para outras. Esta falta de visão e de organização impede qualquer tentativa de expansão para fora das fronteiras. Com a competição feroz e individualista, por vezes desleal, entre os produtores nacionais não pode haver lugar para uma visão estratégica

Com a competição feroz e individualista, por vezes desleal, entre os produtores nacionais não pode haver lugar para uma visão estratégica de competição no mercado global. Em vez de se abrir caminho à exportação sustentada, abre-se caminho à importação descontrolada...

de competição no mercado global. Em vez de se abrir caminho à exportação sustentada, abre-se caminho à importação descontrolada... e as crises deixam de ser

cíclicas para se tornarem permanentes!

Sobram os insucessos e os problemas, mas salvam-se alguns casos exemplares em que a dinâmica e/ou a organização de alguns empresários foi capaz de conquistar uma posição importante no mercado nacional e de se relacionar com vantagem no mercado global. Em outros casos, foram produtores estrangeiros que, tendo já o conhecimento dos mercados, encontraram em Portugal as condições ecológicas ou sociológicas ideais para instalar a sua produção.

Sobram também os exemplos de que só é possível conquistar e manter uma posição estável no mercado global com produto e preço, ou seja, com quantidades regulares de um produto com a melhor relação qualidade-preço. Portugal é "um país de serviços", altamente deficitário em matérias-primas, produtos manufacturados e produtos alimentares. Produzir em função do mercado global não significa apenas poder exportar os excedentes. No actual estado da economia portuguesa significa, primeiro que tudo, evitar as importações.

Numa perspectiva histórica, Portugal foi o único país da bacia mediterrânea que teve uma forte queda da produção de azeite nos últimos 50 ou 60 anos. Na última década, a produção estabilizou em cerca de metade das necessidades do consumo. Pode falar-se do custo da mão-de-obra, devido à emigração (primeiro) ou à subida generalizada do nível de vida dos portugueses (depois). Pode falar-se das condições marginais para as quais o olival foi relegado, devido à escassez de solos agrícolas. Pode falar-se do atraso tecnológico no olival, devido à falta de rendimento ou à estrutura fundiária da propriedade. Pode falar-se da competição com os outros óleos alimentares, devido aos seus baixos preços. Pode, até, falar-se no atraso

**... no panorama olivícola português actual, coexistem várias realidades ...
Essas diversas realidades podem resumir-se em duas visões empresariais distintas e, aparentemente, antagónicas: a perspectiva da tradição e a perspectiva do mercado**

tecnológico da indústria de extracção do azeite, devido ao seu carácter sazonal e artesanal. Todas são razões

válidas como desculpa para justificar a situação a que se chegou, mas só ao imobilismo geral se poderá atribuir uma verdadeira "culpa".

A generosidade da oliveira, capaz de sobreviver e produzir com cuidados culturais mínimos, e a força da tradição, culturalmente enraizada no povo português, impediram uma maior "devastação" do olival. Há muito que vastas áreas de olival não são economicamente rentáveis. Outras foram abandonadas como áreas de pastoreio sob coberto. Muitas dessas áreas resistiram aos apoios do PEDAP Olivicultura para o arranque (na segunda metade da década de 80). Alguns produtores, dentro do mesmo programa, foram capazes de responder ao desafio de novas plantações baseadas apenas em 4 cultivares: Galega, Cobrançosa, Blanqueta e Picual. Agora incentiva-se a produção de azeites de cultivares tradicionais em regiões com denominação de origem protegida (DOP), excluindo algumas das cultivares que antes se recomendavam. Está a terminar o período dado pela UE para Portugal plantar 30 000 hectares de novos olivais com direito aos incentivos da OCM do azeite. Alguns produtores estão agora a despertar para um novo tipo de olival, promovido pelos espanhóis e a que chamaram de "olival superintensivo".

Tudo isto demonstra que, no panorama olivícola português actual, coexistem várias realidades. Uma estratégia única para o sector irá seguramente desequilibrar a relação entre as diferentes realidades, favorecendo algumas e prejudicando outras tantas. Essas diversas realidades podem resumir-se em duas visões empresariais distintas e, aparentemente, antagónicas: a perspectiva da tradição e a perspectiva do mercado.

Na perspectiva da tradição apregoam-se as "qualidades dos azeites das cultivares tradicionais portuguesas", na qual se baseiam as actuais DOPs. Nesta perspectiva, as cultivares e os olivais tradicionais devem ser preservados, a produtividade do olival é irrelevante (ou quase), o importante é ter um produto com "qualidades" ímpares para colocar em "nichos de mercado", altamente valorizados. Na perspectiva do mercado, interessa uma quantidade elevada e regular de um produto com uma boa relação qualidade-preço, para competir no mercado global, seja para exportar ou simplesmente para evitar as importações.

A diferença de perspectivas não parece ser um problema em si. Algumas posições mais extremadas, nem sempre cientificamente sustentadas sobre o melhor caminho a



Dois aspectos do olival tradicional português. Em Moura (à esquerda) e em Santarém (à direita).

seguir, é que podem causar divergências e dificultar um desenvolvimento harmonioso entre as vertentes da qualidade e da quantidade num mercado diferenciado, quicá a chave para o desenvolvimento da fileira oleícola portuguesa nas próximas décadas. Por um lado, o "mercado da qualidade", com custos mais elevados e com maior preocupação pelas "qualidades dos azeites" das cultivares e dos olivais tradicionais, protegidos pelas denominações de origem. Por outro lado, o "mercado da quantidade", com custos mais reduzidos, em olivais modernos, com maior intensificação e, eventualmente, com cultivares estrangeiras, mais produtivas e capazes de competir no mercado global.

Uma ideia que tem perpassado pela mente de muitos portugueses, muitas vezes veiculada por personalidades de reconhecida responsabilidade, é a de que *não podemos competir com os espanhóis em quantidade, pelo que temos de apostar nas qualidades diferenciadas dos azeites das cultivares tradicionais*. Apesar de, na intenção de quem a profere, se tratar de uma mensagem de incentivo à qualidade, esta afirmação pode induzir também a duas ideias perigosas: primeiro, só as cultivares tradicionais portuguesas é que produzem azeite de qualidade, todo ele altamente valorizado e com escoamento garantido; segundo, só os espanhóis são capazes de produzir a preços competitivos e todo o azeite barato é de má qualidade.

Como não parece plausível que toda a produção anual de azeite do olival tradicional português possa ser comercializada em "nichos de mercado" específicos e altamente valorizados, a competição no mercado aberto só será possível com produções regulares e uma boa relação qualidade-preço, mesmo para os azeites DOP. No

campo da competitividade interessa, uma vez mais, evitar a generalização, já que são diversas as realidades. É a realidade de alguns olivais tradicionais, difíceis de tratar e colher e localizados em solos declivosos ou marginais,

... a competição no mercado aberto só será possível com produções regulares e uma boa relação qualidade-preço, mesmo para os azeites DOP

muitas vezes abandonados ou reconvertidos à pastorícia. É a realidade de outros olivais tradicionais, mais acessíveis, com alguns cuidados culturais (rega, fertilização, tratamentos fitossanitários) e com possibilidade de colheita mecanizada e adensamento. É a realidade dos pequenos proprietários, que vêem a oliveira como uma herança ancestral a preservar. É a realidade dos grandes proprietários, que vêem o olival como uma fonte de rendimento. É a realidade das plantações efectuadas ao abrigo do PEDAP Olivicultura, numa fase de pouco dinamismo do sector. É a realidade das novas plantações dos últimos anos, fruto da recente dinâmica da fileira, dos apoios europeus ou dos interesses estrangeiros.

Na verdade, em todas estas realidades, é utópico pensar sequer em competitividade se não se apostar seriamente no aumento da produtividade. Este é o verdadeiro desafio que se coloca hoje ao olival português. Com um mínimo de cuidados e boas práticas, ao nível do olival e dos lagares, é possível produzir azeite de qualidade. Isto será válido para qualquer tipo de olival, do tradicional ao moderno, das cultivares tradicionais às estrangeiras, com maior ou menor intensificação.

No campo da produtividade, pode haver quem se sinta esmagado pelo olival espanhol. No entanto, olhando com



Aspectos de modernização dos olivais. Adensamento e rega do olival tradicional (à esquerda) e mecanização da colheita (à direita).

atenção para a realidade espanhola, percebe-se que as regiões de maior expressão do olival têm solos pobres e um clima mais seco do que a generalidade das regiões olivícolas portuguesas. Que não se ouse atribuir a esses factores a baixa produtividade do olival português. Se fosse esse o caso, os próprios espanhóis não teriam vindo plantar olival em Portugal. Os espanhóis têm cultivares muito produtivas. Também se podem plantar cá, desde que se tenha mercado para os seus azeites, certamente fora das DOP. Além disso, os espanhóis lançaram um programa de melhoramento genético da oliveira para obtenção de novas cultivares: mais produtivas, com maior rendimento em azeite, com azeite de melhor qualidade, resistentes a certas doenças ou pragas e com características vegetativas que facilitem os cuidados culturais. Sinal que a produtividade do olival espanhol não se esgota nas suas cultivares tradicionais. Os espanhóis, novamente, lançaram um novo tipo de olival, tanto em Espanha como em Portugal, o "superintensivo", capaz de entrar em produção

Agora como sempre, aqui ou em Espanha ou em qualquer país do mundo, as soluções dependem de cada um e de todos os envolvidos e são perfeitamente conhecidas: mecanização, associativismo, marketing, inovação, espírito empresarial

máxima ao fim de 3 ou 4 anos e rentabilizar mais rapidamente o investimento. Sinal que as novas exigências dos mercados, o agravamento da competição que se

adivinha com as produções em países não tradicionais e com a redução das ajudas da OCM do azeite e a crescente necessidade do retorno rápido dos investimentos, numa economia de mercado aberto e globalizado, não se compadecem com o olival tradicional, por muito sentimento e carinho que se lhe possa dedicar.

Se as condições naturais em Portugal não são inferiores às de Espanha, a inferioridade produtiva dos olivais portugueses só se pode atribuir a factores socioeconómicos. O olival espanhol terá sido sempre encarado como uma actividade agrícola principal em certas regiões e, como tal, evoluiu e foi-se adaptando aos sucessivos embates que teve de enfrentar: a competição com os outros óleos alimentares, a subida do nível de vida; a escassez de mão-de-obra, a industrialização... As respostas adivinham-se: mecanização, associativismo, marketing, inovação, espírito empresarial. Em Portugal, o olival foi sempre uma actividade importante, mas acessória, incapaz por isso de resistir aos fluxos migratórios, à competição com os outros óleos alimentares... Os pequenos proprietários conformaram-se em manter uma actividade de subsistência. Os grandes proprietários resignaram-se a deixar o olival semiabandonado ou entregue à pastorícia.

Como consequência, a olivicultura em Espanha nunca decaiu, persistindo ainda todas as formas de olival, do tradicional ao intensivo e ao superintensivo, em plena produção e com rendimento económico. Em Portugal, a olivicultura sofreu de um eclipse total durante 30 ou 40 anos, pelo que o ressurgimento do interesse pelo olival se saúda, mas se lamenta, talvez, por tardio. É este o dilema actual da olivicultura portuguesa. Há um renovado interesse pela oliveira, mas não se sabe que caminho se deve trilhar para concretizar a transição entre a tradição e a modernidade.

Em termos nacionais, qual o objectivo que se pretende? Produzir só para nichos de mercado? Chegar a um certo equilíbrio entre a produção e a importação? Chegar à plena satisfação do consumo, anulando as importações? Conquistar os mercados de exportação? Qual a área total a implantar de novos olivais? De que tipo ("extensivo", "intensivo" ou "superintensivo") ou estrutura (minifúndio, latifúndio)? Em que regiões? Com que cultivares? Em termos individuais, quem tem um olival "antigo" deve arrancar e fazer uma plantação "moderna" ou tentar reabilitá-lo? Quem tem um terreno disponível e quer plantar, deve fazer um "olival" (formas em volume, com densidades baixas) ou um "pomar de oliveiras" (formas em superfície, com densidades elevadas)? Deve apostar nas cultivares tradicionais ou nas estrangeiras?

São respostas a este tipo de perguntas/dúvidas que agora se exigem, de uma forma instantânea, para todos os problemas, sejam pequenos ou grandes proprietários. E enquanto uns disculem, outros esperam por respostas ou subsídios, outros (poucos) fazem (bem ou mal) como acham melhor ou procuram aconselhamento no país vizinho.

Agora como sempre, aqui ou em Espanha ou em qualquer país do mundo, as soluções dependem de cada um e de todos os envolvidos e são perfeitamente conhecidas: mecanização, associativismo, marketing, inovação, espírito empresarial. Por isso, a modernização ou o relançamento da produtividade do olival português não necessita de receitas milagrosas ou de soluções de génio ou apenas de tecnologias de ponta. O que se deve fazer em primeiro lugar é o mais difícil: mudar a mentalidade individualista (em geral) e sentimentalista em relação à oliveira (em particular), para criar um espírito empresarial (associativo ou não), que permita desencadear as outras soluções.

A falta de espírito empresarial e associativo são factores já sobejamente repetidos como causas da actual situação da agricultura portuguesa, em todos os sectores. A mudança de mentalidades não se faz por decreto. É necessário vontade e dinamismo próprios. As ajudas directas ou indirectas à produção podem ser um melo, mas também podem causar dependência e estagnação. A cada vez maior escassez de recursos da UE para a agricultura não permite esperar, neste capítulo, tempos mais auspiciosos. Neste contexto, é necessário não ter ilusões e evitar expectativas e euforias desmedidas.

O olival tradicional da pequena agricultura de subsistência, por pessoas idosas e reformadas, tratados e colhidos pela

mão-de-obra familiar para auto-abastecimento, só será viável nessas condições. Para a família não conta o que se receberia pela venda do azeite, mas sim o que se poupa não tendo que o comprar. O olival tradicional de grande propriedade que não tenha meios de modernização

O que se deve fazer em primeiro lugar é o mais difícil: mudar a mentalidade individualista (em geral) e sentimentalista em relação à oliveira (em particular), para criar um espírito empresarial (associativo ou não), que permita desencadear as outras soluções...

(adensamento, rega, mecanização da colheita, podas regulares e racionais, tratamentos fitossanitários, cultivares com boa produtividade,...), ou se abandona (paisagem natural, cinegética) ou se reconverte definitivamente para pastorícia ou floresta. O olival que tenha meios de modernização tem que passar a ser encarado como um "pomar de oliveiras", com vista ao rendimento económico e projectado para o mercado, fazendo a transição para as novas plantações. Durante muitos anos não se plantou olival e as novas plantações ainda não atingiram um nível de produção suficiente para a satisfação mínima das necessidades do mercado. Por isso, não se pode simplesmente "esquecer" o olival tradicional, mas é forçoso

... a oliveira é, como se apregoa, uma fileira prioritária no desenvolvimento rural em vastas áreas do país. Que não se cerceie, com medidas administrativas, a vontade daqueles que querem, hoje, produzir azeite com uma boa relação qualidade-preço ... A eles se ficará a dever muito do que o sector será no futuro

contar com a sua progressiva desvalorização e substituição por olivais mais jovens e modernos.

As novas plantações devem ser os verdadeiros "pomares de oliveiras" do futuro. A escolha das cultivares pode e deve ter em conta os mercados: à base das tradicionais para as DOP ou para nichos de mercado; à base das mais



Aspecto de dois olivais modernos ou "pomares de oliveiras", em Moura (em cima) e em Beja (em baixo).

produtivas, eventualmente estrangeiras, para o mercado global, para compensar ou contrariar as importações. Talvez seja atrevimento, em face de algumas limitações no acesso às ajudas e às autorizações de plantação, sugerir que se deva proceder a mais plantações novas. No



entanto, a prazo, o olival tradicional hoje existente irá tendo cada vez menor peso e a sua produção irá sendo

O que se gasta em saber e conhecimento é um investimento...
O que se gasta em tecnologia é uma despesa. Pena que se tenha tanta apetência para comprar tecnologias (nem sempre essenciais) e tão pouca para financiar o saber e o conhecimento.

progressivamente substituída pela dos olivais que agora e nos próximos anos se venham a plantar. Se há um renovado interesse e dinamismo na plantação de olival e se a oliveira é, como se apregoa, uma fileira prioritária no desenvolvimento rural em vastas áreas do país; que não se cerceie, com medidas administrativas, a vontade daqueles que querem, hoje, produzir azeite com uma boa relação qualidade-preço, independentemente do grau de intensificação que se utilize. A eles se ficará a dever muito do que o sector será no futuro. Em vez de proibir ou dificultar, acompanhe-se e estude-se cada situação a fim de aprender a desempenhar um papel efectivamente regulador e dinamizador.

No grupo dos novos "pomares de oliveiras" incluem-se os mais intensivos, entre 1500 e 2000 plantas por hectare, que agora começam a despertar mais interesse. Nestes, a ruptura com a tradição é completa. O investimento é maior e a vida útil é mais reduzida. A forma da oliveira não é



Olivais superintensivos ou "pomares de oliveiras", em Santarém, conduzido em sebe continua vertical, com 1-2 anos (à esquerda) e 7-8 anos (à direita).



Mecanização integral da colheita nos olivais conduzidos em sebe vertical.

volumosa e individualizada. Forma uma sebe ou parede de vegetação vertical e contínua, facilitando a colheita com máquinas apropriadas (embora dispendiosas) e a mecanização das restantes práticas culturais. É mais exigente em água e nutrientes, mas explora melhor o único factor de produção que é grátis – a radiação solar. Entra em plena produção mais cedo, reduzindo o período de "carência" do pomar, desde que em grandes áreas. Exige alguma adaptação das cultivares, menos vigorosas e com crescimento equilibrado, nomeadamente estrangeiras.

O grau de intensificação e especialização neste tipo de plantação não tem que ser forçosamente mau. Também outras espécies passaram de sistemas tradicionais para sistemas intensivos da mesma ordem de grandeza, como por exemplo a macieira, quando se passou do vaso e da guia modificada para a palmeta e depois para o eixo. Isso também provocou uma mudança de atitude e mentalidade dos fruticultores. Não parece razoável pensar que os olivicultores não sejam capazes de igual feito. Talvez não se estranhe tanto na macieira, porque foi mais gradual... houve transição. Talvez por ser tão repentina, esta mudança na oliveira parece causar alguns receios ou, até, gerar certos anticorpos. Muitas são ainda as questões que se levantam, tais como: Quanto tempo dura? Como controlar o crescimento em altura? Como fazer a poda? Esperar que sejam os outros a fazer todos os estudos para encontrar as soluções para todas as dúvidas que hoje se colocam é meio caminho andado para nada fazer. Quando se agir, pode ser demasiado tarde.

Talvez pareça absurdo, já que se associa o olival superintensivo a grandes áreas e a cultivares estrangeiras,

mas quiçá seja em pequenas áreas e com cultivares tradicionais que a intensificação possa desempenhar um papel mais importante e imediato. Em áreas reduzidas, o olival conduzido em sebe contínua vertical facilita todas as tarefas, sejam executadas manualmente (colheita, poda) ou mecanicamente (manutenção da superfície do solo, tratamentos fitossanitários, rega, fertilização), e permite aproveitar melhor a radiação solar, aumentando a produtividade. A intensificação cultural do ponto de vista do aumento da densidade significa melhor aproveitamento do único factor de produção grátis e amigo do ambiente, a luz solar e, não é, forçosamente, insustentável, desde que se respeite o equilíbrio na aplicação de fertilizantes, água ou produtos químicos. Isto exige também uma mudança importante ao nível dos organismos de regulação e de apoio financeiro, com uma aposta prioritária nos meios de monitorização, em vez da "receita" ou da "proibição".

Uma palavra final de confiança na capacidade demonstrada pela aposta de certos empresários ou grupos empresariais nacionais em recentes plantações de dimensão relevante. Um apelo para que confiem também eles na capacidade técnica e científica de quantos, técnicos, investigadores e docentes portugueses, se têm dedicado nos últimos anos à oliveira e ao olival, nos seus múltiplos aspectos. Dada a actual falta de meios e pulverização das instituições, dada a inevitável especialização do campo de trabalho de cada técnico, docente ou investigador, só em equipa e de uma forma multidisciplinar se poderão estudar e resolver, de uma forma global, os múltiplos problemas com que os produtores se debatem. Só os produtores sabem quais são os seus verdadeiros problemas. Nenhuma instituição pública é capaz, por si só, de os prever, nem tem capacidade para lançar um projecto para os estudar na sua globalidade.

Que a produção mostre capacidade, no futuro, para catalisar as equipas com o saber e o conhecimento para encontrar a solução para os problemas. Exigir a resolução dos problemas significa, também, pagar. O que se gasta em saber e conhecimento é um investimento... O que se gasta em tecnologia é uma despesa. Pena que se tenha tanta apetência para comprar tecnologias (nem sempre essenciais) e tão pouca para financiar o saber e o conhecimento.

* Professor da ESACB.
Vice-presidente da APH para a Olivicultura
(aramos@esa.ipcb.pt)